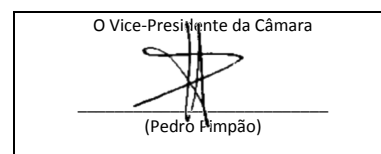




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



CONCURSO PÚBLICO


CONTRATAÇÃO DA MANUTENÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE LICENCIAMENTO MICROSOFT

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1.º

OBJECTO

O presente Caderno de Encargos compreende os artigos a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, designado por Concurso Público, que tem por objeto a aquisição de **MANUTENÇÃO DE LICENCIAMENTO MICROSOFT ENTERPRISE AGREEMENT E AQUISIÇÃO DE NOVOS PRODUTOS/LICENÇAS** para o Município de Loulé, conforme descrito no artigo 4º do presente caderno de encargos.

ARTIGO 2.º


CONTRATO

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, celebrando-se por escrito.
- 2- O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - 2.1- Os suprimentos dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, ou pelo órgão a quem esta competência tenha sido delegada;
 - 2.2- Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 2.3- O presente Caderno de Encargos;
 - 2.4- A proposta adjudicada;
 - 2.5- Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
- 5- Além dos documentos indicados no nº 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

ARTIGO 3.º

PRAZO DE VIGÊNCIA

O início do contrato conta-se a partir da data da sua assinatura e vigorará até 30/04/2021.

ARTIGO 4.º

CONDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO FORNECIMENTO

No presente artigo estão descritas as condições, características e quantidades a que o objeto do presente procedimento deve respeitar.

Assim, o Município de Loulé pretende:

1- Renovar o contrato Enterprise Agreement adquirindo as garantias de atualização/manutenção (software Assurance) do licenciamento de software Microsoft indicado na tabela seguinte (item 1 a 10), para todo o período de vigência do contrato.

2- Alterar o modelo de licenciamento associado à Core CAL, do anterior contrato, passando do licenciamento por dispositivo (device) para um licenciamento por utilizador.

3- Alteração do modelo de licenciamento associado a uma das licenças do SQL que passará a ser acedido através do portal internet, alterando-se do licenciamento do modelo Server + CAL para o modelo Core para garantir conformidade face às condições de utilização das licenças (item 15 da tabela seguinte);

4-Agregação do Sharepoint Server no contrato Enterprise Agreement. O Licenciamento SharePointSvr (indicado no item 10 da tabela abaixo) tem suporte ativo até 30 de setembro de 2018, através de um contrato select, pelo que a sua renovação iniciar-se-á a essa data até ao limite de 30 de abril de 2021.


5- O fornecimento das licenças/produtos e respetivas garantias de atualização/manutenção (software Assurance), para todo o período de vigência do contrato, de preferência dentro do contrato Enterprise Agreement a renovar, para os itens 11 a 15 da tabela seguinte.

NOTA: O Município de Loulé tem em vigor um contrato Enterprise Agreement (EA) com a Microsoft, válido até 30 de Abril de 2018 (Nº Contrato Enterprise 85E68234 – Nº de Inscrição 8475557)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

TABELA 1

ITEM	PART NUMBER	DESCRIÇÃO DO PRODUTO (AQUISIÇÃO DA MANUTENÇÃO)	QUANTIDADE
1	CX2-00093	WinEntforSAwMDOP ALNG SA MVL Pltfrm	585
2	269-12442	OfficeProPlus ALNG SA MVL Pltfrm	585
3	W06-01072	CoreCAL ALNG SA MVL Pltfrm UsrCAL	585
4	359-00961	SQLCAL ALNG SA MVL UsrCAL	585
5	228-04529	SQLSvrStd SNGL SA MVL	4
6	810-04862	SQLSvrEnt SNGL SA MVL	1
7	395-02505	ExchgSvrEnt SNGL SA MVL	2
8	9EA-00268	WinSvrDCCore SNGL SA MVL 2Lic CoreLic	24
9	9EM-00263	WinSvrSTDCore SNGL SA MVL 2Lic CoreLic	12
10	H04-00269	SharePointSvr SNGL SA MVL	1
ITEM	PART NUMBER	DESCRIÇÃO DO PRODUTO (AQUISIÇÃO DA MANUTENÇÃO DE NOVOS PRODUTOS)	QUANTIDADE
11	KV3-00356	WINE3perDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm <u>ou equivalente</u>	35
12	269-12445	OfficeProPlus ALNG LicSAPk MVL Pltfrm <u>ou equivalente</u>	35
13	W06-01066	CoreCAL ALNG LicSAPk MVL Pltfrm UsrCAL <u>ou equivalente</u>	35
14	359-00960	SQLCAL ALNG LicSAPk MVL UsrCAL <u>ou equivalente</u>	35
15	7NQ-00300	SQLSvrStdCore SNGL LicSAPk MVL 2Lic CoreLic <u>ou equivalente</u>	2

Nota: Os requisitos técnicos e/ou de compatibilidade dos produtos referidos nos itens 12 a 15 encontram-se descritos no anexo II ao presente Caderno de Encargos.

ARTIGO 5.º

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO


1- O adjudicatário deverá assegurar a total compatibilidade nativa dos produtos a fornecer com a globalidade das soluções em utilização no Município, respeitando a arquitetura tecnológica em utilização, descrita no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

2- Qualquer proposta de base tecnológica diferente da que atualmente está em utilização no Município (e que é descrita no Anexo I do presente Caderno de Encargos) deverá considerar todos os custos, nomeadamente e a título meramente exemplificativo, todo o processo de migração de dados e aplicacional, a formação dos elementos administrativos e técnicos do Município, a definição e a execução do plano da gestão da mudança, tendo por princípio base que o adjudicatário garante a total ininterruptabilidade dos serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

ARTIGO 6.º

INFORMAÇÃO E DEVER DE SIGILO

- 1- O adjudicatário deve prestar ao contraente público, todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à boa compreensão da proposta e execução do contrato, devendo o contraente público, satisfazer os pedidos de informação formulados pelo adjudicatário e que respeitem a elementos técnicos na sua posse, cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
- 2- O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Loulé, de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou por força da execução do contrato.
- 3- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
- 4- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

ARTIGO 7.º

PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 4 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

ARTIGO 8.º

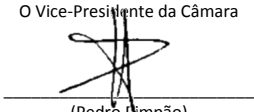
PREÇO CONTRATUAL

- 1- Pelo fornecimento dos bens objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Loulé deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objecto do contrato, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

2- O preço contratual, não é passível de revisão.

ARTIGO 9º

PREÇO BASE

O preço base do procedimento é **€ 366.000,00** (trezentos e sessenta e seis mil euros) e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do concurso.

ARTIGO 10º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Considera-se que o preço total da proposta é anormalmente baixo, quando este for igual ou inferior a **€ 183.000,00** (cento e oitenta e três mil euros), de acordo com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 71º do CCP.

ARTIGO 11º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1- Os valores, objeto do contrato, serão remunerados de acordo com os preços unitários, respeitantes à proposta adjudicada.

2- As quantias devidas pelo Município de Loulé, nos termos dos artigos anteriores, devem ser pagas no prazo máximo de 60 dias após a receção pelo Município de Loulé das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e de acordo com a seguinte repartição:


- a) A primeira fatura, na proporção de 1/3 do valor total do contrato, só poderá ser emitida após a confirmação da disponibilização ao adjudicante das respetivas licenças que fazem parte do objeto do presente procedimento;
- b) A segunda e terceira faturas, cada uma na proporção de 1/3 do valor total do contrato, só poderão ser emitidas, respetivamente, aquando do 1º e 2º aniversário do contrato.

3- Em caso de discordância por parte do Município de Loulé, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

ARTIGO 12.º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

ARTIGO 13.º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 14.º

CONTAGEM DOS PRAZOS

A contagem de prazos na fase de execução do contrato, são aplicáveis as seguintes regras:

Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento, a partir do qual o mesmo começa a correr;

Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados;

O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda;

O prazo que termine em Sábado, Domingo, Feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o acto, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1º dia útil seguinte;

Todos os restantes prazos, relativos aos fornecimentos de formação de contratos, contam-se nos termos do disposto do artigo 87º do Código do Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88º do mesmo diploma.

ARTIGO 15.º


LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

ANEXO I

AO CADERNO DE ENCARGOS

ARQUITETURA TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ:

De acordo com o referido nos números 1 e 2 do artigo 5.º, o Município de Loulé possui uma infraestrutura tecnológica baseada na seguinte tecnologia:

- Posto de trabalho - baseado em sistema operativo Windows, Microsoft Office profissional como ferramenta de produtividade e licenças Microsoft de acesso às diversas funcionalidades da infraestrutura servidora;
- Infraestrutura Servidora baseada em:
 - Microsoft Windows Server como sistema operativo de suporte aos serviços aplicacionais;
 - Microsoft SharePoint como plataforma Colaborativa;
 - Microsoft Exchange para serviço de email;
 - Microsoft SQL Server para repositórios de informação estruturada de várias aplicações.

ANEXO II

AO CADERNO DE ENCARGOS

REQUISITOS TÉCNICOS PARA OS PRODUTOS NOVOS:

REQUISITO TÉCNICO Nº 1 - BASES DE DADOS (ITEM 15 DA TABELA 1)

A solução de base de dados deverá privilegiar a utilização de interfaces gráficas nas suas consolas de administração e gestão e não requerer serviços de configuração e administração especializados. A implementação total do sistema de base de dados deverá requerer apenas configuração de componentes e não qualquer tipo de desenvolvimento à medida ou compilação de software.

O sistema de base de dados deverá ser capaz de se adequar às necessidades do negócio da organização, respondendo aos seguintes requisitos:

- Comportar a execução de aplicações críticas, com elevado desempenho e disponibilidade;
- Capacidade de crescimento escalável;
- Garantia dos níveis de segurança adequados;
- Gestão e administração da plataforma integrada e centralizada;
- Providenciar melhores decisões baseadas nos dados existentes (Business Intelligence);
- Integração com a Cloud.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

O motor de base de dados deve garantir todas as operações de inserção, alteração, remoção e consulta de registos na base de dados, assim como possibilitar a sua otimização, indexação e outros tipos de processamento básico. Para além destas capacidades básicas, o motor de base de dados deve responder aos seguintes requisitos:

- Criar tipos de dados à medida das necessidades do negócio, que não estejam contidos por defeito na plataforma;
- Criar objetos contendo sequências numéricas ordenadas ascendentemente ou descendentemente geradas automaticamente num determinado intervalo e que podem ser configuradas para serem reiniciadas;
- Possibilitar consultas paralelas para otimizar a execução das mesmas e indexar operações;
- Distribuir as consultas e aceder a tabelas de múltiplas fontes de dados heterogéneas;
- Utilizar XML como tipo nativo de dados para permitir a indexação e consulta de dados utilizando XQuery;
- Service Broker para comunicações assíncronas com outras aplicações;
- Filtered Indexes para consultas de subconjuntos de informação com elevada performance;
- Colunas calculadas através de expressões tendo como base outras colunas da mesma tabela;
- Armazenamento de tipos de dados hierárquicos;
- Utilização do sistema de armazenamento do Windows como repositório de dados;
- Integração CLR, permitindo a criação de procedimentos armazenados, triggers, funções definidas pelo utilizador, tipos definidos pelo utilizador e agregações definidas pelo utilizador em código gerido;
- Permitir o envio de e-mails em massa de bases de dados.

O sistema de base de dados deve suportar um conjunto de funcionalidades necessárias para organizações de média ou grande dimensão. Tipicamente estas funcionalidades não são usadas em pequenas organizações.

Nomeadamente:

- Vistas particionadas distribuídas para permitir aceder de forma eficiente e federada a bases de dados;
- Suporte integrado para Storage Area Network (SAN);
- Execução de backups online sem necessidade de colocar a base de dados offline;
- Tratamento de eventos em tempo real - Complex Event Processing (CEP) – por exemplo para deteção de fraude e contagens;
- Disponibilização de serviço para possibilitar a correção, enriquecimento, padronização e de-duplicação de dados usando mecanismos com algoritmos de aprendizagem dinâmicos;
- Disponibilização de serviço que permita a gestão centralizada de dados mestre de referência (como por exemplo dados de cliente);
- Permitir a adição de CPU e Memória enquanto a aplicação de base de dados está a correr;
- Possibilidade de alterar o schema da base de dados enquanto esta está a correr;
- Permite definir limites inferiores e superiores de gestão de recursos para um desempenho consistente.


O sistema de base de dados deve proporcionar um nível elevado de segurança, reduzindo o número de vulnerabilidades face às diversas ameaças a que este tipo de solução está sujeito e disponibilizando as correções de segurança de forma quase imediata. Para além destas preocupações a plataforma de base de dados deve garantir as seguintes funcionalidades avançadas de segurança:

- Autenticação integrada dos utilizadores com suporte a autenticação por Kerberos;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

- Agrupamento de utilizadores em funções (roles) da base de dados, podendo definir permissões para estas funções;
- Possibilidade de aplicar permissões de segurança a stored procedures;
- Capacidades de auditoria integradas;
- Suporte a encriptação de I/O em tempo real e decriptação de dados e ficheiros de log;
- Possibilitar o armazenamento de chaves de encriptação em módulos de segurança de dispositivos de hardware.

O sistema de base de dados deve incorporar ferramentas para gerir e administrar as bases de dados de forma simples e eficiente, utilizando interface gráfica (GUI), inclusive gerir mais do que uma instância de base de dados. Deve ainda garantir as seguintes funcionalidades avançadas:

- A administração de um ou mais servidores e instâncias de base de dados deve ser realizada de um ponto único e central;
- Deve existir uma ferramenta que possibilite medir e monitorizar o desempenho e saúde de um servidor de base de dados;
- Utilizar os workloads para determinar a melhor forma de otimizar a base de dados;
- Ferramenta que reproduza um trace capturado e simule um workload crítico de negócio contra um ambiente de testes atualizado, de modo a avaliar o impacto de alterações ao hardware e sistema operativo;
- Disponibilização de wizards simples para guiar através de tarefas administrativas;
- Ferramenta com interface gráfica (GUI) nativa para monitorizar o desempenho;
- Capacidade de executar comandos SQL ao mesmo tempo para grupos de servidores;
- Gerir o ambiente como um todo com dados resumidos e detalhados em termos de políticas de subutilização para uma variedade de parâmetros-chave tais como CPU e espaço em disco;
- Gestão baseada em políticas permitindo gerir uma ou mais instâncias.
- Criação de planos de manutenção (através de wizards simples) que permitam executar tarefas com otimização de base de dados, backups regulares e tratamento de inconsistências;
- Permitir ao administrador solucionar problemas de bases de dados com elevada taxa de ocupação;
- Possibilitar o empacotamento de aplicações de base de dados (schema, objetos e dados) num único pacote de instalação;
- Integração com ferramentas de desenvolvimento, aumentando a produtividade dos programadores;
- Integração com ferramentas de gestão possibilitando uma monitorização mais eficiente e minuciosa.

O sistema de base de dados deve proporcionar à organização tomar as melhores decisões de negócio e analisar tendências com base nos dados. A plataforma de base de dados deve permitir a criação de Data Warehouses para armazenamento de informação de múltiplas fontes de dados, independentemente da sua dimensão ou complexidade (Big Data), processando esta informação em modelos analíticos e disponibilizar aos utilizadores de negócio mecanismos de análise desta informação (Business Intelligence). Deve ainda garantir as seguintes funcionalidades avançadas:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

- Utilização de bitmap joins para tornar as consultas ao Data Warehouse mais rápidas;
- Criar um conjunto de resultados temporários que são definidos no âmbito de execução que podem ser autorreferenciados e ser referenciados várias vezes na mesma consulta (Table Expressions);
- Utilização de mecanismos de indexação à coluna em memória para aumentarem o desempenho das consultas ao Data Warehouse;
- Providencia formas de capturar atividades de inserção, alteração e remoção aplicado a tabelas (change data capture);
- Disponibilização de múltiplas appliances de data warehouse (PDW) de múltiplos vendedores de hardware;
- Capacidades de ETL extensivas e robustas;
- Possibilidade de construir cubos OLAP, ROLAP, e MOLAP;
- Suportar algoritmos de mining sobre dados estruturados e não estruturados;
- Disponibilizar uma solução gráfica de reporte para diferentes tipos de utilizadores;
- Integração com Microsoft Excel para consultar e visualizar dados em base de dados OLAP e OLTP.

REQUISITO TÉCNICO Nº 2 – CORECAL (ITEM 13 DA TABELA 1)

Deve incluir, no mínimo, as licenças de acesso aos seguintes servidores.

LICENÇAS DE ACESSO CLIENTE PARA SISTEMA OPERATIVO

As licenças de acesso ao Sistema Operativo deverão ser complementares ao Sistema Operativo atualmente utilizado pelo município – Windows Server.

LICENÇAS DE ACESSO CLIENTE PARA CORREIO ELETRÓNICO

As licenças de acesso ao Correio Eletrónico deverão ser complementares ao Correio Eletrónico atualmente utilizado pelo município – Exchange Server.

LICENÇAS DE ACESSO CLIENTE PARA PLATAFORMA COLABORATIVA WEB-BASED

As licenças de acesso à plataforma colaborativa deverão ser complementares à plataforma atualmente utilizada pelo município – Microsoft SharePoint.

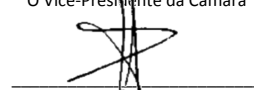
REQUISITO TÉCNICO Nº 3 - LICENÇAS DE ACESSO CLIENTE PARA BASE DE DADOS (ITEM 14 DA TABELA 1)

As licenças de acesso ao Sistema Operativo deverão ser complementares ao Sistema Operativo atualmente utilizado pelo município – SQL Server.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

REQUISITO TÉCNICO Nº 4 - LICENÇAS DE SOFTWARE DE OFFICE (ITEM 12 DA TABELA 1)

As licenças de software de produtividade do tipo Office a fornecer devem ser totalmente compatíveis com as versões de Office atualmente em vigor no Município de Loulé e devem contemplar ferramentas de processador de texto, de folha de cálculo, de construção de apresentações, de notas e bases de dados local, devendo ser assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Gestão central, que suportem retro compatibilidade, fidelidade de documentos, funcionalidades online e offline e possibilitar cenários de colaboração.
- Permitir a criação de uma imagem padrão a ser implementada em todos os postos de trabalho e permitir a gestão centralizada de parâmetros, atualizações ou melhoramentos.
- Assegurar que a informação atual produzida com as atuais ferramentas é mantida e que nenhuma informação é perdida. As ferramentas devem assegurar que a fidelidade e formatação do documento é mantida com nenhuma perda de informação entre versões.
- Permitir a utilização de formatos de ficheiros normalizados de acordo com as normas ISO em vigor.
- Disponibilizar corretor ortográfico para diversas línguas, nomeadamente PT-PT, EN-EN, FR-FR e ES-ES.
- Disponibilizar diversos formatos (leitura e escrita) nomeadamente PDF, DOCX, XLSX, PPTX, ODF, ODS, ODP, CSV, HTML, RTF e TXT.
- Possibilitar o merge de documentos.
- Permitir a criação de gráficos dinâmicos com base em tabelas pivot.
- Suportar os protocolos POP3, SPOP3, SIMAP, SSMTP, IMAP, SMTP, LDAP, RSS.
- Disponibilizar uma interface coerente, que permita uma fácil adaptação e que exija um mínimo de adaptação por parte do utilizador final.
- Suportar sistema de ficheiros com nomes longos.
- Suportar sistemas de ficheiros FAT32, NTFS e ISSO9660.